

## Trajectos de aquisição do poder no feminino

**António Teixeira Fernandes**

Considerado em si mesmo, o poder é um fenómeno difuso na sociedade. A realidade social apresenta-se estruturada sob a forma de sistemas ou de campos, de acordo com a perspectiva teórica assumida, e, em cada um deles, o poder encontra-se desigualmente distribuído. Há modalidades específicas da sua concentração no interior dos campos económico, social, cultural e político. As posições relativas e a posse diferenciada de capitais são factores determinantes da capacidade de poder.

Quando se analisa o poder no feminino, será necessário considerar o tecido dos micro e dos macro-poderes, tendo em conta as suas diversas valências, com as suas implicações em domínios diferentes. Sendo inerente a toda a vida social, ele exprime-se nela, por outro lado, de modo formal e informal.

Na abordagem que se pretende desenvolver, considerar-se-á o poder no interior da sociedade, para depois se passar à sua dimensão política. Se nem sempre o poder no feminino se faz sentir no sistema institucional da política, ele tem vindo a crescer no domínio da subpolítica, campo onde, cada vez mais, se define a agenda política. Partir-se-á dos padrões culturais definidores da masculinidade e da feminilidade, passar-se-á pela desconstrução dos esquemas mentais responsáveis pela perpetuação da relação criada, para terminar nos trajectos em curso de afirmação do poder no feminino, com a individualização dos dilemas com que a mulher hoje se defronta.

1. À análise do poder no feminino será indispensável uma arqueologia, que ponha a claro as raízes da sua formação e da sua manutenção na situação actual. Uma desconstrução histórica do conceito deve ser associada a uma desconstrução mental, na medida em que a ontogénese recapitula a filogénese.

1.1. A condição da mulher é fruto de um processo longo na história que concorreu para a sua moldagem. Esta moldagem resulta do cruzamento de duas culturas, a cultura semita e a cultura grega. Ambas as culturas enformaram a noção e o estatuto da mulher, tal como hoje ainda persistem. Sem entrar no âmago das duas culturas, que estão na base do mundo ocidental, poder-se-á afirmar que uma e outra construíram conceitos de mulher que tornaram possível a sua relegação histórica para as margens da sociedade, com visibilidade nas práticas sociais. E poderá dizer-se que terá sido mais determinante a concepção grega do género do que a semita. O próprio Cristianismo, no papel que lhe reserva, é grandemente tributário do pensamento grego. Embora S. Paulo enalteça o amor mútuo que deve unir o homem e a mulher, não deixa de exortar a esposa a que obedeça ao seu marido: “Mulheres, sede submissas aos vossos maridos” (*Colossenses*, 3, 18-19). Ora, obedece-se a quem detém poder e autoridade.

1.2. Essa configuração manteve-se ao longo dos tempos e, mesmo em finais do século XIX e inícios do século XX, mantinha-se persistente e até com alguma virulência. A visão negativa da mulher aparece claramente na obra de dois autores que se utilizam aqui como exemplificação: F. Nietzsche e Émile Durkheim.

Assumindo-se como profeta dos tempos novos, no meio das revoluções que abalavam toda a Europa, F. Nietzsche, em que se manifesta de forma particular a concepção grega, não se limita a constatar a situação da mulher, falando da sua condição, ele acaba por falar à mulher e, neste falar, insere uma doutrinação. O quadro que traça não lhe é, porém, nem muito belo nem muito risonho. Afirma que “na mulher tudo é enigma”. Em seu entender, “o homem verdadeiro tem dois desejos: o perigo e o jogo”. A mulher não será mais do que o objecto desse jogo, tornando-se um brinquedo dos jogos masculinos. Nesta perspectiva, não surpreende que F. Nietzsche sustente que “o homem deve ser educado para a guerra, e a mulher para o descanso do guerreiro: tudo o resto é tolice”. A função da mulher consistirá em prestar ao homem entretenimento e prazer. E acrescenta de forma ainda mais contundente: “o guerreiro não gosta dos frutos demasiado doces. É por isso que ele gosta da mulher; o mais doce conserva um sabor amargo”. E manifesta mesmo um desejo: “Que a mulher seja um brinquedo, puro e delicado”. Será desse modo que ela poderá contribuir para o advento do super-homem. A mulher que entende pouco de honra, que sirva a honra desse super-homem. Deve entregar-se e sacrificar-se por essa causa, a única digna da humanidade. Assim se exprime F. Nietzsche: “A felicidade do homem é: “Eu quero”. A felicidade da mulher é: “Ele quer”.

A relação de submissão e de servidão não poderia ser mais clara. Torna-se necessário que a mulher obedeça, porque esse é o seu papel histórico. E termina, aconselhando alguns mimos, dizendo: “Se tu vais junto das mulheres, não esqueças o chicote”<sup>1</sup>. Em F. Nietzsche, são salientadas as qualidades de coragem e de dominação masculinas, face a uma mulher escrava dos seus apetites, sem dignidade pessoal.

Descendo do campo do dever ser ao domínio do ser social, É. Durkheim, que encarna mais a concepção semita, não deixa também de revelar a mentalidade do seu tempo. Partindo da análise da constituição da sociedade, sustenta que “os dois sexos não participam na mesma proporção na vida social. O homem tem uma participação activa, enquanto a mulher pouco mais faz do que presenciar de fora. Em correspondência, está muito mais socializado do que a mulher. Os gostos, as aspirações, o humor dele são, em grande medida, de origem colectiva, enquanto os da companheira estão mais directamente dependentes da influência do organismo”. Mas, apesar da sua tendência a naturalizar a inferioridade constitucional da mulher, não deixa de reconhecer que “nada permite supor que em virtude da sua constituição congénita tenha um maior respeito pela vida dos outros; são as ocasiões que lhe faltam, pois está menos integrada na luta pela vida do que o homem”. Os esteriótipos dominantes na época relativos à capacidade da mulher parecem estar bem presentes na sua obra, quando afirma que “as necessidades sexuais da mulher têm um carácter menos mental, visto que, de um modo geral, a sua vida mental está menos desenvolvida”. Esta forma de se exprimir parece corresponder ao aforismo popular que traduz também, na linguagem, a relação entre sexos: “Cabelos cumpridos, ideias curtas”. É Durkheim vai mesmo ao ponto de teorizar essa relação, procurando saber “a que causa se deve este antagonismo dos sexos que faz com que o casamento não possa favorecê-los igualmente: é que os interesses de ambos são contrários; um tem necessidade de opressão e o outro de liberdade”. Aqui se encontra igualmente um paralelismo com outro adágio: “Quanto mais me bate, mais gosto dele”. E as esperanças do sociólogo francês não são muito optimistas. Diz que certamente “não há motivo para pensar que a mulher seja algum dia capaz de desempenhar as mesmas funções que o homem na sociedade, mas poderá desempenhar um papel que, embora específico, seja mais activo e mais importante do que o actual (...). Estas diferenças serão mais utilizadas socialmente do que o foram no passado (...). Os dois sexos aproximar-se-iam ao mesmo tempo que se

---

<sup>1</sup> F. Nietzsche, *Ainsi Parlait Zarathoustra*, Paris, Gallimard, 1968, pp. 79 e 80.

diferenciavam. Socializar-se-iam os dois mas de maneira diferente. E é exactamente neste sentido que a evolução parece orientar-se”. A sua expectativa não vai além disso. É que, em seu entender, “a sociedade não é unicamente um objectivo que suscita, com intensidade desigual, os sentimentos e a actividade dos indivíduos. É também um poder que os regula”<sup>2</sup>. Ora, esse poder, corporizado na sociedade e pela sociedade, encontra-se relativamente concentrado nas mãos do homem. E se os seres humanos não podem ser felizes, a não ser se as necessidades que sentem estiverem suficientemente de acordo com os meios de que dispõem, se as mulheres exigem mais do que lhes pode ser dado, terão de viver sempre na insatisfação e no sofrimento. Os desejos ilimitados só podem produzir morbidez.

Os dois exemplos servem para mostrar, na economia da argumentação, como as representações sociais sobre a condição e o estatuto da mulher se encontram inclusivamente expressas na análise, filosófica uma e sociológica a outra, de alguns autores. Elas traduzem também a mentalidade geral que tem dominado até à época presente. Não será necessário explorar mais esta perspectiva.

1.3. Mas a visão negativa da mulher aparece ainda hoje inscrita em muitas manifestações sociais que traduzem relações de poder. Para uma análise mais fina do poder no feminino, ou melhor da sua ausência, torna-se indispensável proceder a uma abordagem mais aprofundada do reticulado das relações sociais.

Esse trabalho foi iniciado por Georg Simmel. Em seu entender, a relatividade fundamental na espécie humana, constituída pela masculinidade e pela feminilidade, manifesta-se igualmente no “movimento típico de absolutização de um dos lados de um par de elementos relativos”. Num “par de conceitos bipolares”, a tendência será para conferir a um uma “significação absoluta”. De harmonia com esta tendência do espírito humano, o sexo masculino não é só “relativamente superior ao sexo feminino”, ele torna-se ainda “o humano universal, que regula as manifestações do masculino particular e do feminino particular”. O processo de absolutização e de universalização repousa “sobre a *posição de força* dos homens”<sup>3</sup>. A posição relativa dos actores – masculino e feminino – na estrutura do campo social acaba por determinar ou condicionar a construção social do género e dos seus respectivos universos simbólicos.

---

<sup>2</sup> Émile Durkheim, *O Suicídio*, Lisboa, Editorial Presença, 1977, pp. 271, 275, 283, 284, 317, 321, 406, 461, 462 e 463; Trindade Coelho, *Manual Político*, Porto, Typographia a Vap. da Empreza Litteraria e typographica, 1908, pp. 52-54.

<sup>3</sup> Georg Simmel, *Philosophie de la Modernité*, Paris, Payot, 1989, pp. 69 e 70.

Sobre a base da dominação masculina – constituída por uma relação de força –, “uma outra tendência conduz ao mesmo resultado. Em todos os tempos, toda a dominação que repousa sobre uma superioridade subjectiva encontrou a ocasião de se dar uma fundamentação objectiva, isto é, de transformar a força em direito”. Já antes de G. Simmel, J.-J. Rousseau havia sustentado que “o mais forte não é jamais bastante forte para ser sempre o senhor, se ele não transforma a sua força em direito e a obediência em dever”<sup>4</sup>. A relação de dominação assume uma significação normativa desde que exprima uma relação objectiva.

Mediante este processo, o sexo masculino torna-se algo de absoluto, dando-se, conseqüentemente, uma desvalorização da mulher e, “a partir daí, a autonomia do princípio feminino não *pode* ser reconhecido”. O elemento feminino, no sentido tradicional, “não significa uma especificidade que se baste a si mesma e se centre sobre ela mesma”, passa antes a significar “o que está orientado para o homem, o que deve completá-lo, servi-lo, agradecer-lhe. Porque a prerrogativa dos homens impõe às mulheres este desdobramento”. A partir desta estrutura fundamental, elaborada através da história, a mulher aparece como um “ser sexual”, o mesmo que será dizer, um ser que “está orientado para o outro sexo”. Daí deriva a oposição tradicional entre o “carácter passivo” da mulher e a “essência mais activa dos homens” e entre a capacidade raciocinante do homem e o mero “instinto feminino”<sup>5</sup>. Ter-se-ão produzido assim esteriótipos transmitidos ao longo dos séculos.

A relação entre os sexos é, na verdade, uma construção social, construção que estabelece uma “diferença radical entre o ser-homem e o ser-mulher”. Desde então, “a partir da relatividade ou da determinação recíproca sob a qual se apresentam o ser masculino e o ser feminino, o primeiro eleva-se à categoria de Absoluto e assim domina por sua conta a total relatividade, de que ele próprio é um membro”<sup>6</sup>. A absolutização de um elemento da relação, a sua objectivação e elevação à categoria de norma acima de toda a subjectividade reduz necessariamente o elemento feminino a uma situação de subordinação, tornando-o, não um ser em si mesmo, mas um ser para outrem.

A construção da masculinidade e da feminilidade é ainda mais explorada por Pierre Bourdieu, situando-se num outro registo analítico e utilizando conseqüentemente uma diferente perspectiva. A ordem estabelecida, segundo este autor, nunca se perpetua tão facilmente como quando “as condições da

---

<sup>4</sup> Georg Simmel, *O. c.*, pp. 71 e 72; Jean-Jacques Rousseau, *Du Contrat Social*, Paris, Seuil, 1977, p. 175.

<sup>5</sup> Georg Simmel, *O. c.*, pp. 73, 79, 87, 92 e 93.

<sup>6</sup> Georg Simmel, *O. c.*, pp. 100, 106 e 112.

existência mais intoleráveis possam tão facilmente aparecer como aceitáveis e mesmo naturais”. A dominação masculina é, para ele, um exemplo típico da submissão que ele designa por “violência simbólica”, e que se caracteriza por uma “violência doce, insensível, invisível para as suas próprias vítimas”<sup>7</sup>. Trata-se de um processo de construção social da realidade que leva a transformar a história em natureza.

A análise desta forma de dominação masculina passa por “uma arqueologia objectiva do nosso inconsciente” como “instrumento de uma verdadeira sócio-análise”. E esta sócio-análise revela um profundo paradoxo. Corre-se o risco de “recorrer, para pensar a dominação masculina, a modos de pensamento que são eles mesmos o produto da dominação”<sup>8</sup>. Entra-se, assim, num círculo vicioso. Não é possível sair da dominação para pensar a dominação, sabendo-se embora que as categorias que se utilizam para isso resultam do fenómeno que se pretende conhecer.

Se a dominação deriva da transformação da história em natureza, o processo de desconstrução da mesma dominação deve passar pelo caminho inverso, que conduziu do arbitrário cultural a um dado naturalizado. Desnaturaliza-se, então, historicizando, operando a historicização uma arqueologia objectiva do inconsciente.

A representação conservadora da relação entre os sexos radica, desde logo, na família e desenvolve-se através de um processo de socialização. É aí que se formam os sexos como “*habitus* sexuados”. Mas, segundo Pierre Bourdieu, são sobretudo a Escola e o Estado que aparecem como os “lugares de elaboração e de imposição de princípios de dominação que se exercem no próprio seio do universo mais privado”. Mediante os mecanismos desenvolvidos nestes contextos, incorporam-se, “sob a forma de esquemas inconscientes de percepção e de apreciação, as estruturas históricas da ordem masculina”. Os homens e as mulheres são constantemente submetidos a um processo de diferenciação que leva a uma masculinização e a uma feminização. Desde que os princípios de visão e de divisão do mundo, naturalizados, se impõem, eles consagram a ordem estabelecida, conduzindo a modos de vida conhecidos e reconhecidos. A divisão entre os sexos aparece a todos como a ordem das coisas. Os *habitus* adquiridos funcionam, desde então, como “sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de acção”<sup>9</sup>. Dá-

---

<sup>7</sup> Pierre Bourdieu, *La Domination Masculine*, Paris, Seuil, 1998, pp. 7 e 8.

<sup>8</sup> Pierre Bourdieu, *O. c.*, pp. 9 e 11.

<sup>9</sup> Pierre Bourdieu, *O. c.*, pp. 9, 10, 11, 14, 92 e 111.

se, na verdade, uma concordância entre as estruturas objectivas e as estruturas cognitivas, entre o curso do mundo e as expectativas a seu respeito.

Se não se consegue perceber este acordo das estruturas cognitivas e comportamentais e das estruturas sociais, não se chega a compreender a relação de dominação existente na vida social. A dominação masculina, neste processo, impõe-se de forma natural sem ter necessidade de ser enunciada, “pois a ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual ela está fundada”. O mundo social é construído como realidade sexuada, veiculando em si mesma “princípios de visão e de divisão sexuanes”. A realidade não é somente sexuada, ela é ainda sexuada. As próprias leis da concordância gramatical reproduzem a dominação masculina, fazendo com que a linguagem se inscreva no masculino. E atinge-se o máximo do paradoxo quando as vítimas da dominação se constituem nos principais factores ou forças da mesma dominação. O princípio da divisão social “encerra o pensamento na evidência de relações de dominação inscritas, ao mesmo tempo, na objectividade, sob a forma de divisões objectivas, e na subjectividade, sob a forma de esquemas cognitivos que, organizados segundo essas visões, organizam a percepção dessas divisões objectivas”. O arbitrário cultural é transmutado em necessidade da natureza. De facto, “quando os dominados aplicam ao que os domina esquemas que são o produto da dominação, ou, por outras palavras, quando os seus pensamentos e as suas percepções são estruturados conformemente às próprias estruturas da relação de dominação que lhes é imposta, os seus actos de *conhecimento* são, inevitavelmente, actos de *reconhecimento*, de submissão”<sup>10</sup>. Estes são processos de conhecimento e de reconhecimento, de legitimação da dominação, inscritos na linguagem e nas condutas sociais que só uma sócio-análise é capaz de pôr a claro.

Poderá afirmar-se, na sequência do que acaba de ser dito, que os sexos são construídos como “duas essências sociais hierarquizadas”, isto é, assimétricas. A força particular da sociodiceia masculina “legitima uma relação de dominação, inscrevendo-a numa natureza biológica que é, ela mesma, uma construção social naturalizada”. Um trabalho colectivo de socialização difusa e contínua estrutura identidades distintas, instituídas como arbitrário cultural. Deste modo, se impõe “o princípio da divisão androcêntrica”. Criadas as disposições e estabelecidas as condutas, elas perpetuam-se em práticas sociais. O arbitrário inscreve-se nos sexos “sob a forma de *hexis* cor-

---

<sup>10</sup> Pierre Bourdieu, *O. c.*, pp. 15, 16 e 19.

porais opostos e complementares e de princípios de visão e de divisão que conduzem a classificar todas as coisas do mundo e todas as práticas segundo distinções redutíveis à oposição entre o masculino e o feminino”<sup>11</sup>. E isto não se manifesta unicamente nas camadas inferiores da sociedade. Revela-se com toda a força nas classes médias e superiores. Fala-se de uma escrita feminina, assim como do exercício de profissões, como a medicina ou advocacia, de um modo feminino. Um arbitrário cultural assim estruturado torna-se uma natureza. Reforçam-na depois as expectativas sociais. Daí se pode concluir que não será somente o homem que deve deixar de ser dominante, será também a mulher que deve recusar ser dominada, ao assumir como inquestionável essa natureza.

2. O processo de desocultação da realidade social oferece à mulher uma arma poderosa na luta contra a sua servidão. Mas essa desocultação deve ser prosseguida, com o recurso a outras variáveis.

A língua é, desde logo, um lugar de expressão de poder, na medida em que revela a supremacia do masculino. A construção linguística é, na verdade, androcêntrica, vinculando uma ordem de subordinação e de dominação do feminino.

O apego da mulher à tradição ou à modernidade orienta, por outro lado, de modo diferente a sua actividade. A situação de poder no lar e na sociedade pode conduzir tanto à defesa da liberdade económica e do divórcio, como à sujeição à tradição, com a recusa dessas liberdades concebidas como ameaça ao seu próprio estatuto e como queda em estados de precaridade. Segundo Max Weber, tende a existir uma “predilecção de homens e de mulheres pela sujeição formal autoritária e pela indissolubilidade formal do matrimónio”, e a essa predilecção natural “se unem os interesses autoritários dos poderes políticos e hierocráticos”. Isso explica que a mulher tenha sido sempre tratada “essencialmente como um ser sexual”. Será em razão de tal natureza que ela é ou não valorizada. Para a sensibilidade dos guerreiros, “a posse das mulheres e a luta para as obter estavam colocadas quase no mesmo plano da luta para adquirir tesouros ou conquistar o poder”<sup>12</sup>. Não gozavam, no entanto, enquanto ser sexual, nem de privilégios políticos, nem de privilégios económicos.

---

<sup>11</sup> Pierre Bourdieu, *O. c.*, pp. 29, 30 e 36.

<sup>12</sup> Max Weber, *Economia y Sociedad*, I, México-Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1964, pp. 553; Max Weber, *Sociologie des Religions*, Paris, Gallimard, 2000, pp. 151 e 440.

Nesta mesma perspectiva de análise, se situa recentemente Remi Lenoir, ao abordar a genealogia da moral familiar. A noção de natureza feminina específica, que tem a ver tradicionalmente com a diferença sexual e uma certa limitação das capacidades mentais, tem relegado as mulheres para o círculo doméstico, para as recepções mundanas, para as devoções e para as actividades caritativas<sup>13</sup>. A “natureza feminina” predestina-as para essas funções, retirando-as dos lugares públicos de poder. A família, assente em tais estereótipos, é uma construção simultânea do Estado e da Igreja, concebida como o lugar dos valores cívicos, morais e religiosos.

O movimento feminista tem procurado vencer as inércias sociais neste domínio. Mas este movimento é polimorfo e polissémico, confrontando-se, além disso, com algumas aporias<sup>14</sup>. Duas tendências se manifestam aqui com bastante saliência.

O movimento feminista, enquanto luta pela igualdade, envolve as categorias superiores da sociedade e situa-se fundamentalmente numa perspectiva liberal. Reivindica-se nele o acesso, em igualdade de circunstâncias e de oportunidades com os homens, às profissões normalmente consideradas como masculinas, como, entre outras, o direito, a medicina, a política.

Outra tendência, mais própria das camadas populares, configura-se sob a forma de luta, não a favor da igualdade, mas da especificidade, denunciando toda a espécie de dominação tanto social como sexual. Trata-se, neste caso, de uma luta pelos direitos cívicos e pelo alargamento da cidadania, suprimindo as diversas discriminações sexuais ainda existentes na sociedade.

Em qualquer dos casos, o movimento feminista procura romper com as contradições ligadas a uma busca de igualitarismo que ignora as especificidades. Apresenta, por isso, modalidades e tendências diferentes, de harmonia com as classes sociais envolvidas.

O seu objectivo fundamental consiste na inclusão da mulher, na plenitude dos seus direitos, na sociedade global, que seja, ela mesma, uma sociedade inclusiva. Mas a busca da identidade feminina tanto pode dar origem ao combate pela igualdade como ao retraimento na diferença. Os diferentes matizes próprios do movimento traduzem também as diversas formas de dominação a que estão sujeitas as mulheres.

Em tal situação, torna-se pertinente a questão de saber se se trata – porque não há movimento sem a definição de um opositor – de uma luta directa conta

<sup>13</sup> Remi Lenoir, *Généalogie de la Morale Familiale*, Paris, Seuil, 2003.

<sup>14</sup> António Teixeira Fernandes, *O Estado Democrático e a Cidadania*, Porto, Afrontamento, 1998, pp. 118 e 119.

os homens ou de um combate contra a sociedade, que mantém certas regras de jogo que permitem aos mesmos homens a dominação. A libertação da mulher e a melhoria da condição feminina passam, em nosso entender, pela libertação da sociedade, de forma que todos, homens e mulheres, sejam considerados como seres racionais, livres e iguais. É que a sociedade, no próprio processo de produção e de reprodução, tende a situar e a hierarquizar as pessoas, em obediência à estrutura por ela criada e às regras a que os jogos aí devem obedecer. A libertação, essa reconhece a especificidade de cada condição, conferindo-lhe uma total igualdade de oportunidades, na realização dos seus próprios projectos.

As relações entre os sexos aparecem historicamente codificadas. A dupla orientação do movimento feminista tem também a sua expressão, em termos do seu processo, em duas fases históricas. Numa primeira fase, dá-se a afirmação da vontade de acesso à modernidade, com a consequente libertação das tiranias do passado. Numa segunda fase, desenvolve-se a vontade de participar na vida social, na plenitude de direitos, com a presença na escola e no trabalho. Estas mudanças são, contudo, acompanhadas de resistências no espaço doméstico. Enquanto no espaço público, se tende a afirmar a igualdade, que mais não seja em termos meramente retóricos, no espaço privado mantêm-se as inércias de outrora. Serve, por vezes, aquelas resistências o próprio amor tornado paradoxal, ao querer ser dualidade una. O amor no casamento implica, na verdade, a redução dos projectos individuais na fusão de uma mesma comunidade.

As sociedades actuais atribuem grande importância ao ideal de igualdade. Vem, por outro lado, aumentando a sensibilidade em relação ao que se passa no espaço público. O indivíduo, libertado das formas tradicionais de regulação, ganha em uso de liberdade. Desde que a modernidade faz da liberdade um valor supremo, o imaginário social é progressivamente povoado por exigências individuais.

O processo de legitimação da dominação de género não exclui a existência de lutas tanto cognitivas como comportamentais. Não se pretende, de momento, desenvolver as interpretações antagónicas que, através de movimentos específicos e já de há longa data, oferecem aos dominados uma possibilidade de resistir ao efeito da imposição da violência simbólica e aos dominantes a capacidade de impor esta violência.

3. A situação da mulher na sociedade portuguesa não constitui um fenómeno homogéneo. Varia em razão de algumas coordenadas. Para além do movimento feminista apresentar orientações diversas, em virtude das classes

sociais em presença, inscreve-se ainda em dinamismos de sentido oposto. Enquanto alguns segmentos da população feminina lutam pela aquisição de capitais sociais que lhes confirmam poder, outros segmentos deixam-se cair em estados de apatia e até mesmo de certa patologia, e ainda outros ficam presos às habitualidades do passado. Diversas trajetórias podem ser traçadas, na afirmação do poder no feminino.

3.1. A primeira situação é formada por atitudes não reactivas, mas pro-activas. Uma revolução silenciosa está em curso neste domínio, fazendo com que a grande aposta consista na aquisição de capitais, escolares e culturais, que sirvam de base a uma afirmação profissional, com a ocupação de lugares de poder nos sectores mais diversos da sociedade. As taxas femininas de frequência dos cursos universitários mostram-no claramente, assim como os indicadores de presença na magistratura, na medicina, no direito, na engenharia. Poder-se-iam referir ainda, entre outros, as forças armadas, a polícia, os bombeiros ou os motoristas de pesados. É de relevar além disso o número crescente de mulheres na chefia de empresas, e muito particularmente em áreas de inovação.

Importa salientar, todavia, que um poder simbólico, como é o poder masculino, até porque é simbólico, não se pode exercer sem a convivência ou mesmo a aceitação de quem o sofre. No que concerne a relação entre sexos, poderá mesmo dizer-se que existe uma servidão voluntária sedimentada através dos séculos, que não é fácil de erradicar. Poderá perguntar-se se segmentos importantes da população feminina, mesmo daquela que mais luta pela igualdade, conseguiria viver sem esse arbitrário. A nível intelectual, pode não ser difícil a recusa, mas quando se passa à prática social, ou permanece a submissão ou gera-se a ambiguidade. É que, não se podendo viver com esse arbitrário, tanto ele rebaixa a dignidade da mulher, também não se pode viver sem ele, tão radicado ele aparece nas disposições, nas representações e nas condutas sociais. É fácil, por isso, surpreender, no discurso feminino mais agressivo, a ambivalência do sim e do não. Que sim, que deve ser reconhecido e posto em prática o princípio da igualdade entre sexos, mas que não, que não se podem perder os doces privilégios de que a sociedade ocidental tem vindo a rodear o género. A sociedade é, por vezes, tanto mais liberal no discurso, quanto mais restritiva e intolerante se revela na prática.

A sujeição à violência simbólica, de que se trata, não reside numa falsa consciência, ou numa consciência mistificada, mas em disposições ajustadas a estruturas de dominação. Isso torna particularmente difícil, por vezes inconsequente, o movimento de reconhecimento da mulher e de legitimação do seu

poder na sociedade. Existem jogos sociais que reforçam os mecanismos de perpetuação da dominação e que impõem uma visão androcêntrica do mundo. Na sua base está um inconsciente colectivo e individual que perpetua uma história também individual e colectiva. O “amor do censor”, na expressão de Pierre Legendre, traduz bem a reprodução das relações desiguais de poder<sup>15</sup>. Mesmo nos casos em que a mulher obtém êxito, a tendência poderá continuar a ser, em alguns domínios, a da ambivalência, continuando a ser valorizada sobretudo pela sua dimensão sexual. Os homens tendem ora a excluir as mulheres de posições de autoridade, ora a reduzi-las à sua feminilidade. Pode reivindicar-se a modernidade, igualmente com a sua recusa quando se trata do acesso das mulheres a postos de chefia.

A afirmação do poder no feminino, nas sociedades actuais, desenvolve-se no espaço público, com a ocupação de posições de poder nos diversos campos de actividade, sem excluir o sistema político. As mulheres têm vindo a reforçar a sua visibilidade na escola e no trabalho, adquirindo poder nas empresas e na administração, tendo, não raro, de sofrer e de enfrentar a resistência das relações entre sexos que tendem a perpetuar-se.

3.2. Uma outra forma de resposta da mulher à dominação androcêntrica consiste no exercício do seu poder de sedução. As reacções que o corpo suscita são, elas mesmas, construídas socialmente segundo esses esquemas relacionais. É sobretudo nesta situação que, na expressão de Max Weber, a mulher aparece e se aceita “essencialmente como um ser sexual”. A sedução “repousa sobre uma forma de reconhecimento da dominação” e “é feita para reforçar a relação estabelecida de dominação simbólica”. É uma forma feminina de dominar a dominação. Alexis de Tocqueville afirma que há homens que “sempre preferiram o luxo, a mesa e as mulheres à democracia”<sup>16</sup>. De igual modo se poderá dizer que há mulheres que sempre preferiram usar a sedução às formas de valorização e de realização pessoais.

A redução da mulher a objecto simbólico coloca-a “num estado permanente de insegurança corporal, ou, melhor ainda, de dependência simbólica: elas existem, antes de mais, por e para o olhar dos outros: isto é, enquanto objectos acolhedores, atraentes, disponíveis”<sup>17</sup>. Daí resulta a relação constante que elas estabelecem entre o corpo real e o corpo ideal. Daí deriva igualmente a profunda ansiedade que sentem em relação ao seu próprio corpo.

---

<sup>15</sup> Pierre Legendre, *L'Amour du Censeur*, Paris, Seuil, 1974.

<sup>16</sup> Pierre Bourdieu, *La Domination Masculine*, pp. 66 e 70; Alexis de Tocqueville, *Souvenirs*, Paris, Gallimard, 2004, p. 230.

<sup>17</sup> Pierre Bourdieu, *O. c.*, pp. 73 e 75.

Esta situação faz com que uma quantidade enorme de raparigas e de mulheres cedam tão facilmente à anorexia e à bulimia. Trata-se de desregulações da conduta alimentar que as atingem particularmente. Tal fenómeno é uma consequência da dificuldade que elas sentem em encontrar um lugar na sociedade, das resistências com que deparam na saída da adolescência para entrarem na idade adulta, e do culto da magreza como critério de beleza<sup>18</sup>. Pela anorexia, recusa-se o alimento. Pela bulimia, expele-se o alimento quando ingerido.

A conduta alimentar converte-se assim numa forma de afirmação, um meio de aceder ao poder e de conquistar autonomia. Agudizam esta situação a crise da família, a solidão que enche as sociedades massificadas de hoje e as pressões de todo o género que rodeiam a vida de todos.

Tornando-se uma obsessão, nomeadamente a anorexia mental, apresenta-se como uma epidemia com dimensões sociais. A anorexia mental era tradicionalmente considerada como uma perturbação de pessoas de famílias abastadas. A partir dos anos 1970, vem atingindo também as classes médias e inferiores.

Estes fenómenos traduzem uma confusão cultural a propósito do papel feminino. Segundo Richard A. Gordon, “a epidemia contemporânea destas doenças é o espelho das ambiguidades da identidade feminina num período de

---

<sup>18</sup> No tempo de F. Nietzsche, parece que o próprio ideal ascético não seria mais do que, “para as mulheres, na melhor hipótese, uma sedução *mais*, um toque de  *morbidez* em cima de uma carne bela, o lado angélico de um bicho gordo e bonito”. F. Nietzsche, *Para a Genealogia da Moral*, Lisboa, Relógio D’Água, 2000, p. 115. Em ambiente nacional, Eça de Queirós, falando da educação da mulher, diz que “educa-se-lhe primeiro o corpo para a sedução. Não pela ginástica – isso agora apenas começa vagamente, como uma imitação inglesa – mas pela *toilette*. : ensina-se-lhe a vestir, estar, andar, sentar-se, encostar-se com todas as graças para sensibilizar, dominar as atenções, ser espectáculo, vencer o noivo”. Afirma que “Lisboa é a cidade do Universo onde as meninas mais se apertam e espartilham”. Denunciando a sua preguiça, diz que “o dia de uma menina de dezoito anos é assim dissipado: almoça, vai-se pentear, corre o *Diário de Notícias*, cantarola um pouco pela casa, pega no croché ou na costura, atira-os para o lado, chega à janela, passa pelo espelho, dá duas pancadinhas no cabelo, adianta mais dois pontos no trabalho, deixa-o cair no regaço, come um bocadinho de doce, conversa vagamente, volta ao espelho, e assim vai puxando o tempo pelas orelhas, derreada com a sua ociosidade, e bocejando as horas”. Não é, de facto, de hoje a preocupação com o corpo. Eça de Queirós sustenta que “a moda vem de fora, do figurino, feita pela fantasia burguesa de um desenhador de armazém; e aqui, depois, a pobre mulher precisa de reformar o corpo, obra do seu bom Deus – para o acomodar ao *figurino*, obra do seu mau jornal”. E acrescenta: “Hoje mais que nunca se glorifica a beleza, e o corpo é o fim supremo. Somente não se aceita o corpo que a natureza dá – e procura-se aquele que se vende nas modistas”. Exercia-se também um controlo sobre a alimentação: “Não comem: é raro ver uma menina alimentar-se racionalmente de peixe, carne e vinho. Comem doce e alface. Jantam as sobremesas”. Na verdade, “Lisboa é uma cidade doceira, como Paris é uma cidade intelectual. Paris cria a ideia e Lisboa o pastel. Daí a grande quantidade de doenças de estômago e de maus dentes”. Não se faz exercício: “Aqui, as que andam a pé, depois de ir de uma loja na Rua do Ouro a uma igreja no Loreto, arquejam e recolhem à pressa ao ónibus”. Eça de Queirós, *Uma Campanha Alegre*, II, Lisboa, Europa-América, 1987, pp.82, 83, 84, 85 e 131.

mudança e de confusão”. A transição para uma outra identidade feminina vulnerabilizou um número crescente de raparigas e de mulheres. O êxito e a performance que lhe são pedidos produzem estados interiores de perturbação e de *stress*. A barbárie doce das actuais sociedades exige, por vezes, mais do que as pessoas estão em condições de prestar. Tendem assim a multiplicar-se os sinais de identidade com o recurso a tatuagens, piercings e outras marcas corporais. O movimento de libertação das mulheres acompanha a desvalorização persistente do feminino, como sede de poder ou de autoridade. Aquele mesmo autor sustenta que “é difícil prever uma cultura em que os sintomas ligados ao controlo do corpo feminino desapareceriam”<sup>19</sup>. Parece, no entanto, que o verdadeiro poder das mulheres nas sociedades será alcançado quando a forma do seu corpo não for mais a medida do seu valor.

Não se poderá, contudo, esquecer que, nas sociedades contemporâneas, o corpo tende a adquirir novas expressões e activa, de forma multivariada, o imaginário colectivo. O feminismo, a hexis corporal, a bod-arte, a emergência de novas terapias, a engenharia genética, a revolução sexual, são alguns dos fenómenos reveladores de sentido do seu valor social. Nesta mesma perspectiva se situam as transsexualizações. A dualidade cartesiana de corpo-alma, espírito-matéria, constituiu o corpo em objecto de posse ou em atributo do indivíduo. A relação social é tecida de significações que têm como um dos seus principais suportes o corpo, tornando-se factor de individualização.

Mas se a busca de poder na mulher passa fundamentalmente pela exposição do corpo e da aparência, esvai-se em pura sedução e no poder sexual. Se a busca de poder passa por outra preocupação, de inserção profissional e de integração social, então traduz-se em crescimento e em realização pessoal.

3.3. Em alguns sectores da sociedade – e esta é uma nova situação – continua ainda a ser a mulher a acomodar-se ao seu papel tradicional, com a reprodução do seu estatuto através da socialização. Se o homem, na perspectiva parsoniana, era socializado de acordo com papeis instrumentais, a mulher assumiria sobretudo papéis expressivos. A realidade empírica parece mostrar que esta concepção se encontra ultrapassada. Mas a sexualização dos papéis não deixa de continuar a dificultar o discernimento do equilíbrio das exigên-

---

<sup>19</sup> Richard A. Gordon, *Anorexie et Boulimie. Anatomie d'une Épidémie Sociale*, Stock – Laurence Pernoud, 1996, p. 210; David Le Breton, *Sinais de Identidade. Tatuagens, Piercings e Outras Marcas Corporais*, Lisboa, Miosótis, 2004 ; David Le Breton, *Conduites à Risque*, Paris, PUF, 2002 ; Nick Crossley, *The Social Body. Habit, Identity and Desire*, Londres, Sage, 2001 ; Thomas Csordas, *Embodiment and Experience*, Cambridge, Cambridge University Press, 1994; Chris Shilling, *The Body in Culture, Technology and Society*, London, Sage, 2005.

cias, aparecendo embora como uma função de grupos e de camadas sociais. As relações sociais são tanto mais impositivas, quanto mais acentuam a subordinação. Aceita-se, neste caso, a condição de dependência, caindo-se na servidão voluntária.

Se segmentos já importantes da sociedade aspiram a uma modernidade, com total libertação dos estereótipos e das práticas de submissão, e se um número crescente entra por vias sobretudo de afirmação corporal, há ainda uma população relativa que se conserva certamente em atitudes de retraimento. Na sociedade tradicional – e que se mantém ainda hoje em muitos sectores da vida social –, a mulher era considerada como objecto de posse e de dominação masculina, com um estatuto de relativa passividade no casamento, confinada ao espaço do lar. O poder na família era marital e não parental. O desmoronamento da chefia na família obriga a uma redefinição de papéis e a um reequilíbrio de poderes. Aquela situação reproduz-se em situações em que os papéis de dominação masculina encontram convivência por parte das mulheres, ao sentirem-se com isso protegidas. A dominação é então compensada pela protecção.

Não quer dizer que as mulheres, mesmo nesta situação, não sejam detentoras de poderes. Era grande, na sociedade tradicional, o poder informal da mulher<sup>20</sup>. O que acontece é que, enquanto nas sociedades tradicionais o poder aparecia mais codificado, nas actuais ela revela-se mais difuso. A alteração do papel feminino produz desequilíbrio e instabilidade no papel masculino, com tendência, por parte deste, a recusar aquela mudança.

3.4. As trajectórias acabadas de apresentar – e que somente a análise empírica será capaz de precisar – traduz também o processo, em curso nas sociedades de hoje, de construção das identidades femininas. Trata-se de um domínio de investigação onde se torna indispensável investir.

A identidade, embora não seja imutável, supõe sempre um certo enraizamento na sociedade em contínua reprodução, e anda normalmente associada ao exercício de papéis. A identidade é, contudo, relacional, por isso, em contínua redefinição e, cada vez mais, plural.

Tem-se vindo a assistir a uma transformação de umas e de outras identidades, mas nem sempre em simultâneo e muito menos em perfeita consonância. A afirmação das identidades femininas esbarra frequentemente com a

---

<sup>20</sup> F. Nietzsche salienta uma situação particular: “Veja-se em especial a mulher doente: ninguém ultrapassa o refinamento com que é capaz de dominar, de pressionar, de tyrannizar. A mulher doente não poupa nada nem ninguém, nem mortos nem vivos, é capaz de desenterrar as coisas mais profundamente soterradas”. F. Nietzsche, *Para a Genealogia da Moral*, p. 151.

resistência levantada pelas identidades masculinas à redefinição da relação entre elas. A explicação da descoincidência reside no facto de se perpetuar a relação hierarquizada entre os sexos, com as suas diversas manifestações e nos seus diferentes domínios.

Numa sociedade de elevada reflexividade social, a tendência será para a substituição das identidades estatutárias por identidades reflexivas. O conflito entre uma e outra modalidade de identidade manifesta-se particularmente neste domínio. No caso da mulher, tendem a reproduzir-se as identidades estatutárias, com a generalização no seio da sociedade das identidades reflexivas. Isso pode criar um duplo conflito na mulher, conflito no seu interior entre o estatutário e o reflexivo, e conflito nas relações entre sexos que, por via da reflexividade, exigem um outro equilíbrio. Aqui se abre igualmente uma área de pesquisa. A incidência deverá passar da centração na mulher para a abordagem do reequilíbrio das identidades, feminina e masculina, e dos conflitos que isso acarreta. A identidade implica sempre uma identificação. Se não há identidade sem identificação, não será possível construir novas identidades femininas sem, em simultâneo, se proceder à redefinição das identidades masculinas.

Não se dispõe de estudos sobre a construção das identidades femininas, e dos conflitos que as envolvem, nos diversos campos profissionais<sup>21</sup>. Falta ainda uma tipificação das situações, das trajectórias e dos dinamismos que as animam. Uma coisa é indubitável. Se a identidade é o resultado de uma relação, parece claro que não será fácil abandonar a identidade estatutária e a assunção de uma identidade reflexiva, se se mantiver inalterável a identidade masculina, e sobretudo a sua tendência para uma hierarquização dos sexos, ela mesma fruto de uma relação de dominação.

4. Perguntar-se-á se será nesta situação que mais se manifestam os maus tratos e a violência existentes no agregado familiar, com incidência particular sobre a mulher. Neste fenómeno também se poderá revelar, na actualidade, o processo de redefinição dos papéis sexuais.

A violência na família exercida sobre a mulher não é, com alguma frequência, mais do que a reprodução de condutas conservadas pela memória e convertidas em hábitos e padrões de conduta familiar. Na medida em que possa ter a ver com a reprodução de papéis, facilmente é memória incorporada. Constituída em exigência da norma, perpetua-se na vida familiar, tornan-

---

<sup>21</sup> Nathalie Heinich, *États de Femmes. L'Identité Féminine dans la Fiction Occidentale*, Paris, Gallimard, 1996; Gilles Lipovetsky, *La Troisième Femme. Permanence et Révolution du Féminin*, Paris, Gallimard; 1997.

do-se tolerada ou mesmo aceite pelos seus diversos elementos como um destino. Será violência para o olhar exterior, mas poderá não o ser para os actores no processo.

Algumas interrogações se poderão aqui levantar. Será o esforço de libertação, operado pela mulher, que faz aumentar a acção violenta exercida sobre ela? A violência exercida pelo homem será a consequência da sua recusa em aceitar a nova relação emergente entre os sexos? Não se inscreverá esta mesma violência também no registo do poder, que do lado do homem se rejeita e do lado da mulher se afirma? O crescimento da violência deriva apenas da sua maior visibilidade, ou exprime antes a recusa da alteração do equilíbrio de poderes? Importa não esquecer que há também violência exercida pela mulher sobre o homem, e que isso poderá ser, do mesmo modo, imputável às mesmas ou a idênticas razões.

5. A ocupação dos lugares de poder no sistema político parece ser a consequência, na evolução que é dado observar, da ocupação dos espaços de poder nos diferentes campos de actividades sociais. A mulher é chamada a assumir uma cidadania plena, quer no domínio público, quer no privado, com o exercício de poderes tanto formais como informais. Somente desta forma consegue fugir à subordinação e à marginalidade a que a dominação masculina tende a relegá-la. Youngtae Shin procedeu recentemente a uma análise comparativa sobre o poder político da mulher no Japão e na Coreia, onde predomina uma cultura patriarcal<sup>22</sup>. A situação é depois confrontada com o que ocorre nos Estados Unidos da América e na Europa.

Certamente que é desejável que a mulher aceda a lugares de poder político, mas não a qualquer preço. O seu esforço, na presente fase, parece, como acima se tentou mostrar, dirigir-se para a afirmação do poder no interior da sociedade civil. Não se poderá esquecer que se mantém ainda na memória colectiva a ideia que em Portugal, durante o Estado Novo, se tinha da política, como coisa perversa e reservada somente a homens.

Convém ter presente que é cidadão o homem que, consciente da sua condição de ser com os outros no mundo, enquanto ser de relação, se assume como sede de direitos e como fonte de obrigações. Os direitos exercem-se e os deveres cumprem-se na participação. A participação é, por sua vez, o resultado da consciência que cada um tem da sua cidadania.

---

<sup>22</sup> Youngtae Shin, *Women and Politics in Japan and Korea*, New York, The Edwin Mellen Press, 2004.

No envolvimento de cidadania, nos diversos movimentos e associações da sociedade civil, encontram já as mulheres uma forma de exercer a política, não de forma institucional, mas informal. As associações são, cada vez mais, chamadas a tomar decisões, que adquirem, de imediato, um carácter público. A este nível, se desenvolve actualmente a subpolítica. Está em vias de se operar uma certa deslocação do campo da política para o campo da subpolítica. Ao lado da democracia especializada, na política institucional, configuram-se formas de uma nova cultura política, cujos seus diferentes centros de subpolítica influem, com base nos direitos humanos, o processo de formação e de aplicação de decisões. Em tais centros se tem situado a mulher e, desse modo, tem exercido uma função política capaz de determinar a agenda política dos governos. A crescente politização da sociedade, alterando a localização e os meios de fazer política, obriga a uma redefinição dos conceitos de política e de não política. Faltam também estudos que revelem, neste âmbito, o poder no feminino, constituindo, por isso, um campo da investigação que urge explorar.

A mulher não poderá, todavia, deter-se no domínio da subpolítica, abandonando a política institucional como se fora campo exclusivamente a homens reservado. Mas o exercício do poder político, por parte das mulheres, parece que não poderá deixar de obedecer à mesma lógica que tem presidido à sua afirmação de poder nos domínios da sociedade civil. Nessa base, tem acedido à presidência de Câmaras Municipais. De forma mais tímida e com alguma subalternidade, vem ocupando assento no Parlamento e sobraçando pastas governamentais.

Considerando a evolução em vários países europeus, Anthony Giddens sustenta que “os factores que apresentam obstáculos ao avanço das mulheres na economia existem também no domínio da política. Ascender a uma organização política requer, normalmente, um grande investimento de tempo e de esforço, o que raramente podem conseguir as mulheres que suportam a maior parte dos trabalhos domésticos. Pode haver, porém, uma razão adicional. Na arena política, concentra-se um elevado nível de poder; talvez os homens sejam, especialmente relutantes em renunciar à sua dominação num âmbito como este”<sup>23</sup>. Subsistem múltiplas resistências ao acesso das mulheres ao poder político, umas imputáveis a elas mesmas, outras criadas pela inércia masculina.

Quando se observa um bom desempenho das mulheres na política ou em outros sectores da sociedade, não será difícil surpreender, no próprio discurso feminino, uma transmutação semântica de género, na afirmação: “ela é

---

<sup>23</sup> Anthony Giddens, *Sociologia*, Madrid, Alianza Editorial, 1995, p. 364.

mesmo um homem”. Por vezes, diz-se “ela chega a ser melhor do que um homem”, o que é sempre uma maneira de contração masculina. No seu melhor, a mulher parece não conseguir ser em si mesma, para ser uma relação ao homem, deixando, de certo modo, de ser mulher no seu máximo.

O exercício de poder no sistema político, se não obedece a essa mesma lógica, corre o risco de conceder à mulher tal poder ao preço da sua própria dignidade. Conceder quotas para qualquer esfera do sistema político poderá manifestar o reconhecimento da sua inferioridade. Que a mulher o permita, poderá também ser uma aceitação consentida dessa mesma inferioridade. Nenhum ser humano deve receber por caridade ou por condescendência o que lhe é devido por justiça. Será pela sua capacidade e pelo direito que deverá aceder a todas as formas de poder. Mas a avaliação dessa capacidade também não poderá resultar apenas de um mero juízo discricionário masculino, de contrário, continuarão a manter-se as relações de dominação.

6. Qualquer que seja o registo de análise em que cada um se coloque, a verdade é que a mulher detém um enorme poder no interior da sociedade. Importante não será conferir-lhe poder, mas antes que ela assuma o poder que possui como ser humano inserida na sociedade.

É verdade que, ao longo do tempo, o poder no feminino se acantonou em espaços restritos da informalidade. Mas esse não deixou de ser um poder real. A uma criança perguntou-se um dia: Quem manda em casa: o papá, respondeu. E quem manda no papá: a mamá disse a criança. A criança dava bem conta da rede informal dos poderes, traduzindo representações sociais por ela incorporadas. Isso mostra também que as relações não são unívocas mas biunívocas.

O problema consiste na capacidade de exercício do poder feminino no espaço público. Durante a longa noite do Estado Novo, assim como em todos os regimes políticos do passado, a mulher foi relegada, ora para as margens da sociedade, ora para o seu centro mas como mera decoração, um bibelot para ser olhado e apreciado.

O que a sociedade moderna traz de novo é a afirmação do poder feminino no espaço público. A transformação da sociedade e o acesso da mulher a níveis de poder nos diversos campos sociais vem-lhe permitindo exercer um crescente poder. Mas são igualmente conhecidos os obstáculos que ainda persistem a uma assunção do seu papel mais activo.

Mas, se assumem poderes, continuam a deixar o poder nas mãos do homem. A questão não se altera com a passagem do tempo, se se conservam intocáveis outros factores responsáveis pela reprodução. A causalidade do

fenómeno é múltipla, porque ele é multidimensional. Se fosse possível, na análise, isolar os factores, ver-se-ia qual o peso de cada um. Mas, mesmo nesse caso, seria necessário ter em conta que a causalidade acaba por ser sistémica e não simplesmente factorial.

Não se trata essencialmente de libertar a mulher. O que sobretudo está em causa é a libertação da sociedade, para que esta possa ser humana, num humanidade que consiste em ser homem e mulher, todos e cada um na sua máxima plenitude de realização. É a sociedade que oprime a mulher, perpetuando a sua servidão voluntária, e é a sociedade que oprime o homem, impedindo-o de ver que, dominando a mulher, se domina a si mesmo, recusando a sociedade de semelhantes. Há um conjunto de paradoxos que urge resolver. A humanidade é ser homem e mulher. Acresce ainda que as sociedades podem ser livres pela lei, mas escravas pelos costumes. Isso acontece quando coexiste uma legislação avançada com práticas contrárias bem radicadas.

7. As sociedades avançam a um ritmo que, nem sempre, é consentâneo com as aspirações das pessoas. Afirmava John Stuart Mill no século XIX: “Esperemos que antes da próxima geração, o acidente do sexo, assim como da cor da pele, não seja motivo suficiente para despojar um ser humano da segurança comum e dos justos privilégios do cidadão”. Não se pense, todavia, que, durante o século XIX, não houvesse quem promovesse uma igualização dos direitos de ambos os sexos. Alexis de Tocqueville observava que “existem pessoas na Europa que, confundindo os atributos diversos dos sexos, pretendem fazer do homem e da mulher seres, não somente iguais, mas semelhantes. Dão a um e a outro as mesmas funções, impondo-lhes os mesmos deveres e atribuindo-lhes os mesmos direitos; misturam-nos em todas as coisas, trabalhos, prazeres, negócios. Pode-se facilmente conceber que, esforçando-se por igualar assim um sexo ao outro, degradam-se os dois; e que, dessa mistura grosseira das obras da natureza, não poderão jamais sair a não ser homens fracos e mulheres desonestas”<sup>24</sup>. Foram necessárias muitas gerações para se estender às mulheres o sufrágio universal. Espera-se ainda que outros direitos lhes sejam não só reconhecidos como ainda protegidos. Enquanto o homem, no seio da sociedade, gozar de privilégios ou de desiguais condições de oportunidade, esses direitos, a que se juntam correlativos poderes, são uma negação dos direitos iguais para todos.

---

<sup>24</sup> John Stuart Mill, *Del Gobierno Representativo*, Madrid, Editorial Tecnos, 2000, p. 115; Alexis de Tocqueville, *De la Démocratie en Amérique*, Tomo 2, Paris, Flammarion, 1981, p. 263.

Em democracia, é indispensável que a mulher aceda à plena cidadania, no exercício de direitos e deveres. Não se trata de lhe conferir mais poder. O que se espera é que ela exerça todo o poder que lhe compete em cidadania, e esse poder exerce-se nos lugares de poder. A luta por esse exercício poderá não ser fácil, nem tranquila. Mas também não terá êxito, se não for conseguida mediante o mérito das próprias mulheres, enquanto envolvidas numa luta pelos direitos iguais de todos numa sociedade inclusiva. Muitos factores continuam a contribuir para o reforço dos estereótipos tradicionais do género. Algumas das telenovelas portuguesas que passam na televisão são um desses factores.

Duas frentes se abrem nessa luta. Uma é desenvolvida no interior da sociedade e é protagonizada e accionada pelos seus próprios actores, que são as mulheres. A outra é promovida pela ciência, e é nessa que os intelectuais, nomeadamente os produtores de conhecimento, se inserem. Tentou-se mostrar que a dominação exercida sobre as mulheres resulta tanto de estruturas sociais como de universos mentais. Ora, pensa Pierre Bourdieu que “a análise das estruturas mentais é um instrumento de libertação”, na medida em que “o sociólogo descobre a necessidade, o constrangimento de condições e de condicionamentos sociais”. Desde então, analisar a genealogia da dominação “é procurar o poder ao mesmo tempo nos mecanismos sociais que produzem estruturas e também na cabeça dos indivíduos”. Sem a desocultação e descodificação de um arbitrário cultural transformado em natureza, todos estão expostos a colaborar na reprodução da dominação. Importa que a mulher deixe de ser “essencialmente um ser sexual”, isto é, um ser para outrem, para se tornar um ser humano, uma pessoa, um ser em si com os outros, o mesmo que será dizer, em situação de igualdade no que concerne a dignidade e os direitos em relação ao homem. Se a mulher for simplesmente uma pessoa, será um ser de relação numa relação que deixa de ser assimétrica, com a destruição consequente da dominação androcêntrica. Sabe-se que as próprias estruturas “não podem funcionar, a não ser com a cumplicidade de agentes que interiorizaram as estruturas segundo as quais o mundo está organizado”. Se os capitais económico e cultural são, na actualidade, os dois principais princípios de dominação, será conveniente que a mulher se aproprie suficientemente deles. À ciência, compete “fornecer instrumentos de libertação”<sup>25</sup>. A democracia tornada uma sociedade inclusiva será o resultado da libertação da

---

<sup>25</sup> Pierre Bourdieu, *Choses Dites*, Paris, Minuit, 1987, pp. 25, 26, 27 e 78; Pierre Bourdieu, “*Si le Monde Social m’Est Supportable, c’Est parce que je Peux m’Indigner*”, Paris, Éditions d’Aube, 2004, pp. 20, 21, 22, 23, 44 e 45.

sociedade através e após a descoberta dos seus determinismos. Nesse trabalho da ciência se realizará também a afirmação do poder no feminino, porque nele se processa de igual modo a democratização da democracia.

### Anexo

Diversas são as narrativas, conforme as culturas e as religiões, da criação da mulher. É bem conhecido o texto bíblico do Génesis. Apresenta-se, de seguida a Lenda Índia, do Ramayana. Do mesmo modo que na concepção bíblica, há nela uma visão antropomórfica de Deus e a atribuição do papel central ao homem. Não se deixa de salientar também quer a dialéctica da vida, quer o colorido do texto.

#### *Lenda Índia, do Ramayana*

*Depois de ter criado o homem...*

*Deus tomou a redondeza da lua e a ondulação da serpente, o enlace da planta trepadeira e o tremor da relva, a esbelteza da cana e a frescura da rosa, a leveza da folha e o aveludado do pêsego, o terno olhar da cabrinha e a inconstância da brisa, o choro da nuvem e a alegria do raio de sol, a timidez da lebre e a vaidade do pavão, a doçura da penugem que guarnece o pescoço dos pardejos e a dureza do diamante, o gosto açucarado do mel e a crueldade do tigre, a frieza da neve e o calor do fogo, o cacarejar do gaio e o arrulhar da rola... Ele misturou todas essas coisas e com elas fez a mulher.*

*Ela era graciosa e sedutora; e achando-a mais bela que o ibis ou a gazela, Deus, orgulhoso, admirou-a e depois deu-a de presente ao homem.*

*Oito dias depois, o homem, embaraçado, foi ter com Deus: "Senhor, a criatura que me destes envenena a minha existência. Ela tagarela sem cessar, lamenta-se por tudo e por nada; chora e ri, é inquieta, exigente, manhosa; está sempre junto de mim e não me deixa um momento de sossego. Peça-te, Senhor, que a tomes porque eu não posso viver com ela".*

*E Deus, paternal, tomou a mulher.*

*Mas, oito dias passaram, e o homem foi ter com Deus: "Senhor, a minha vida anda muito solitária desde que te entreguei aquela criatura. Ela cantava e dançava diante de mim, e que suavidade de expressão quando ela me olhava de soslaio, sem virar a cabeça. Ela brincava comigo, e nas árvores*

*não há fruto tão saboroso como as suas carícias. Peça-te, Senhor, que me tornes a dar porque eu não posso viver sem ela”.*

*E Deus entregou-lhe a mulher.*

*Oito dias se tornaram a passar, e Deus carregou o sobrolho vendo o homem vir com a mulher e empurrando-a à sua frente dizendo: “Senhor, eu não sei como é que isto acontece, mas estou convencido que esta criatura me dá mais aborrecimento que prazer; toma-a porque eu não a quero mais comigo”.*

*Ao ouvir estas palavras, Deus irritou-se e disse: “Homem, volta para tua casa com a tua companheira e aprende a suportá-la. Se eu a tomasse, dentro de oito dias tu estarias a importunar-me para a reaver”.*

*E o homem retirou-se... “Infeliz que eu sou, duas vezes infeliz, porque eu não posso viver com ela mas também não posso viver sem ela”.*

